STJ00097530

Bruno Miragem

DIREITO BANCÁRIO

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS TRIBUNAIS™

STJ00097530

Direito Bancário

BRUNO MIRAGEM

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI
Diretora responsável

01434

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS: Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Central de Relacionamento RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor
sac@rt.com.br

Visite nosso *site*
www.rt.com.br

Impresso no Brasil
[09-2013]

Profissional

Fechamento desta edição
[05.09.2013]

CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL
EDITORA AFILIADA

ISBN 978-85-203-4880-2

STJ00097530

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO – Ruy Rosado de Aguiar Jr. 11

CAPÍTULO I
A ATIVIDADE BANCÁRIA
E SUA REGULAÇÃO JURÍDICA

1. INTRODUÇÃO AO DIREITO BANCÁRIO COMO DISCIPLINA JURÍDICA DA ATIVIDADE BANCÁRIA 23

2. DIREITO BANCÁRIO NO QUADRO DAS DISCIPLINAS JURÍDICAS 26

3. ATIVIDADE BANCÁRIA E INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 33

4. DIREITO BANCÁRIO E POLÍTICA ECONÔMICA 37

5. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E O DIREITO BANCÁRIO 39

6. PRESSUPOSTOS PARA A COMPREENSÃO DO DIREITO BANCÁRIO 40

CAPÍTULO II
ASPECTOS FUNCIONAIS DO DIREITO BANCÁRIO:
RELAÇÕES ENTRE MOEDA, CRÉDITO E BANCO

1. DEFINIÇÃO E EFICÁCIA JURÍDICA DA MOEDA 43

1.1 Característica e funções principais da moeda no sistema econômico 47

1.2 Moeda papel, moeda fiduciária, moeda bancária e moeda eletrônica 50

1.3 Moeda e sistemas de pagamento 53

1.4 Moeda e taxa de juros 58

STJ00097530

2. CRÉDITO COMO OBJETO DA RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA TÍPICA 61
2.1 Eficácia jurídica do crédito 65
2.2 Tutela jurídica do crédito 68

CAPÍTULO III
FONTES DO DIREITO BANCÁRIO

1. IMPORTÂNCIA DAS FONTES DO DIREITO BANCÁRIO 73
2. CONSTITUIÇÃO FEDERAL 75
3. LEI 4.595/1964 – LEI BANCÁRIA 77
4. OUTRAS LEIS ESPARSAS 78
5. CÓDIGO CIVIL 79
6. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 80
7. NORMAS ADMINISTRATIVAS REGULATÓRIAS 82
8. USOS E COSTUMES BANCÁRIOS 82
9. *SOFT LAW*: RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS E NORMAS INSTITUCIONAIS 83
10. AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA 92

CAPÍTULO IV
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

1. O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 95
1.1 Ordenação jurídica do Sistema Financeiro Nacional 97
1.2 Integrantes do Sistema Financeiro Nacional 99
1.2.1 Bancos 100
1.2.1.1 Bancos comerciais 101
1.2.1.2 Bancos de investimento 102
1.2.1.3 Bancos de desenvolvimento 103
1.2.1.4 Bancos de câmbio 104

STJ00097530

1.2.2 Sociedades de crédito, financiamento e investimento 104
1.2.3 Sociedades de crédito imobiliário 104
1.2.4 Cooperativas de crédito 105
1.2.5 Companhias hipotecárias 106
1.2.6 Agências de fomento 106
1.2.7 Associações de poupança e empréstimo 108
1.2.8 Sociedades de crédito ao microempreendendor 109
1.2.9 Bancos públicos e Sistema Financeiro Nacional 110
1.2.9.1 Banco do Brasil 111
1.2.9.2 Caixa Econômica Federal 112
1.2.9.3 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES 113
1.2.9.4 Bancos estaduais 114
1.3 Correspondentes bancários 114

2. A REGULAÇÃO JURÍDICA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 117
2.1 Regulação do Sistema Financeiro Nacional e intervenção do Estado no domínio econômico 117
2.1.1 Regulação e supervisão bancária 121
2.1.2 Regulação bancária e política econômica 123
2.2 Estrutura de regulação 125
2.2.1 Conselho Monetário Nacional 126
2.2.2 Banco Central do Brasil 127
2.3 Conteúdo da regulação jurídica do sistema financeiro 132
2.3.1 Conformação da competência regulatória 133
2.3.2 Regulação econômica e competência regulamentar 140
2.3.3 Regulação bancária e defesa da concorrência 141
2.4 Fiscalização e controle do Sistema Financeiro Nacional 145
2.4.1 Competência de fiscalização e controle das instituições financeiras no âmbito do Sistema Financeiro Nacional 145
2.4.2 Processo e procedimento administrativo sancionatório no âmbito do sistema financeiro 146
2.4.2.1 Processo e procedimento sancionatório junto ao BACEN 146

STJ00097530

2.4.2.2 Processo e procedimento sancionatório relativo a infrações à legislação de prevenção à "lavagem", ocultação e dissimulação de bens, direitos e valores 150

2.4.2.3 Princípios informadores do exercício da competência sancionatória no âmbito do Sistema Financeiro Nacional 151

2.4.3 Entidades e órgãos titulares de competência de fiscalização 158

2.4.3.1 Banco Central do Brasil – BACEN 159

2.4.3.2 O Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF 160

2.4.3.3 Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional 162

2.4.4 Espécies de sanção administrativa 165

2.4.4.1 Sanções para infrações relativas à "lavagem"ou ocultação de bens, direitos e valores 169

2.4.4.2 Sanções relativas a infrações relativas a operações cambiais 170

2.5 Proteção do consumidor e regulação do sistema financeiro 172

2.5.1 Aplicabilidade das normas de defesa do consumidor às relações bancárias 173

2.5.2 Eficácia das normas de defesa do consumidor nas relações bancárias 182

2.5.3 Deveres da instituição financeira na concessão de crédito 183

2.6 Autorregulação bancária 196

3. A REGULAÇÃO JURÍDICA DOS RISCOS BANCÁRIOS 197

3.1 A definição de riscos bancários e sua regulação jurídica 197

3.1.1 Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital ("Acordos de Basileia") 201

3.1.2 Espécies de riscos bancários 204

3.1.2.1 Risco de crédito 204

3.1.2.2 Risco de liquidez 206

3.1.2.3 Risco operacional 208

3.1.2.4 Risco de mercado 210

3.1.2.5 Risco sistêmico 213

3.1.3 Regulação jurídica e prevenção de riscos bancários 213

STJ00097530

3.2 Governança corporativa nas instituições financeiras que integram o sistema bancário 217

CAPÍTULO V
A RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA

1. A RELAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA 221
1.1 Sujeitos da relação jurídica bancária 223
1.2 Objeto da relação jurídica bancária 224
1.3 Atividade bancária como atividade empresarial 226
1.4 Relação jurídica bancária como relação de consumo 227
1.5 Sigilo bancário 235
1.5.1 Fundamento constitucional do sigilo bancário 238
1.5.2 Informações resguardadas sob sigilo bancário 244
1.5.3 Procedimento para acesso às informações sigilosas 247

2. CONTRATOS BANCÁRIOS 249
2.1 Aspectos distintivos dos contratos bancários 254
2.2 Princípios contratuais aplicáveis aos contratos bancários 258
2.2.1 Autonomia da vontade 258
2.2.2 Boa-fé 259
2.2.3 Equilíbrio (ou da Equivalência material) 262
2.2.4 Liberdade de forma 265
2.2.5 Vulnerabilidade do consumidor 266
2.3 Causa e função dos contratos bancários 269
2.3.1 Bipartição de causas dos contratos bancários 274
2.3.2 Conexidade, coligação e redes de contratos bancários 278
2.4 Informação dos contratantes e contrato bancário 283
2.5 Contratos bancários como contratos de adesão 289
2.6 Automatização e contratação bancária 293
2.7 Remuneração dos contratos bancários, equilíbrio das prestações e controle judicial 296
2.8 Principais espécies de contratos bancários 300
2.8.1 Contrato de conta corrente 301
2.8.1.1 Características 303

STJ00097530

2.8.1.2 Formação do contrato 304
2.8.1.3 Espécies 305
2.8.1.4 Eficácia jurídica 306
2.8.1.5 Extinção do contrato 309
2.8.1.6 Conta corrente e cheque 312
2.8.2 Contrato de depósito 331
2.8.2.1 Características 334
2.8.2.2 Formação do contrato 335
2.8.2.3 Espécies 336
2.8.2.4 Eficácia jurídica 338
2.8.2.5 Extinção do contrato 339
2.8.3 Contrato de mútuo 339
2.8.3.1 Características 342
2.8.3.2 Formação do contrato 343
2.8.3.3 Espécies 345
2.8.3.4 Eficácia jurídica 348
2.8.4 Contrato de abertura de crédito 362
2.8.4.1 Características. 364
2.8.4.2 Formação do contrato 366
2.8.4.3 Espécies 367
2.8.4.4 Eficácia jurídica 369
2.8.4.5 Cédula de crédito bancário 370
2.8.4.6 Extinção do contrato 377
2.8.5 Desconto bancário 380
2.8.5.1 Características 382
2.8.5.2 Formação do contrato 384
2.8.5.3 Espécies 385
2.8.5.4 Eficácia jurídica 386
2.8.5.5 Extinção do contrato 389
2.8.6 Antecipação bancária 389
2.8.6.1 Características 391
2.8.6.2 Formação do contrato 392
2.8.6.3 Eficácia jurídica 393

STJ00097530

2.8.6.4 Extinção do contrato 393
2.8.7 Crédito documentário 394
2.8.7.1 Características 397
2.8.7.2 Formação do contrato 398
2.8.7.3 Espécies 398
2.8.7.4 Eficácia jurídica 399
2.8.7.5 Extinção do contrato 401
2.8.8 Contratos de câmbio 401
2.8.8.1 Características 404
2.8.8.2 Espécies 406
2.8.8.3 Eficácia do contrato 408
2.8.8.4 Extinção do contrato 410
2.8.9 Contratos de derivativos 411
2.8.9.1 Características 414
2.8.9.2 Formação do contrato 416
2.8.9.3 Espécies 417
2.8.9.4 Eficácia jurídica 421
2.8.9.5 Extinção do contrato 422
2.8.10 Contratos de cartão de crédito 423
2.8.10.1 Características 426
2.8.10.2 Formação do contrato 427
2.8.10.3 Eficácia jurídica 427
2.8.10.4 Extinção do contrato 431
2.8.11 Fundos de investimento 433
2.8.11.1 Características 438
2.8.11.2 Formação do contrato 439
2.8.11.3 Espécies 442
2.8.11.4 Eficácia jurídica 447
2.8.11.5 Extinção do contrato 453
2.9 Garantias dos contratos bancários 453
2.9.1 Garantias pessoais 455
2.9.1.1 Fiança 456

STJ00097530

2.9.1.2 Aval 459
2.9.2 Garantias reais 462
2.9.2.1 Penhor 463
2.9.2.2 Hipoteca 466
2.9.2.3 Anticrese 471
2.9.3 Constituição de propriedade fiduciária e cessão fiduciária de direitos. 472
2.9.3.1 Alienação fiduciária 473
2.9.3.2 Cessão fiduciária em garantia 477
2.9.4 O seguro de crédito 480

3. RESPONSABILIDADE CIVIL DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS 483
3.1 Pressupostos da responsabilidade civil das instituições financeiras 487
3.1.1 Conduta 489
3.1.2 Nexo de causalidade 489
3.1.3 Dano 493
3.1.4 Excludentes de responsabilidade civil dos bancos 495
3.2 Casuística da responsabilidade civil das instituições financeiras 506
3.2.1 Responsabilidade por violação do dever de segurança 506
3.2.2 Responsabilidade por violação do dever de fidúcia 513
3.2.3 Responsabilidade por violação dos deveres de lealdade e cooperação 519

CAPÍTULO VI

INTERVENÇÃO DO ESTADO
NA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM CRISE

1. CRISE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E INTERVENÇÃO DO ESTADO 523
1.1 Proteção dos depósitos privados nas instituições financeiras em crise 527
1.1.1 Garantia de depósitos e o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) 527
1.1.1.1 Natureza jurídica e custeio do Fundo Garantidor de Crédito 528
1.1.1.2 Finalidades 529
1.1.1.3 Composição 530
1.1.1.4 Conteúdo e efeitos da garantia 530

STJ00097530

1.2 Atuação do Banco Central na instituição financeira em crise 532

2. REGIME DE ADMINISTRAÇÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA 536

2.1 Efeitos 537

2.1.1 Nomeação do Conselho Diretor 538

2.1.2 Efeitos em relação às atividades da instituição financeira 539

2.1.3 Efeitos em relação à responsabilidade dos administradores 539

2.2 Causas de cessação do regime 540

3. INTERVENÇÃO EXTRAJUDICIAL 541

3.1 Efeitos 543

3.2 Formalização da intervenção e nomeação do interventor 544

3.3 Atribuições e responsabilidade do interventor 544

3.4 Conclusão da intervenção 545

4. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL 546

4.1 Efeitos 549

4.2 Atribuições e responsabilidade do liquidante 551

4.3 Habilitação dos credores e liquidação das obrigações da instituição financeira 553

4.4 Conclusão de liquidação 555

5. RESPONSABILIDADE ESPECIAL DOS ADMINISTRADORES E DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL 556

5.1 Do inquérito 556

5.2 Natureza da responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal 558

5.3 Extensão da responsabilidade dos administradores e membros do conselho fiscal 566

5.4 Ação de responsabilidade 568

6. DEVERES E RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES CONTÁBEIS E AUDITORES INDEPENDENTES 574

BIBLIOGRAFIA 579

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 605